

# DOUTORAMENTOS NO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO – UM COMPROMISSO COM O PRÓXIMO GOVERNO

Em 2016 e 2017, o sistema de Ensino Superior Português foi submetido a uma avaliação profunda por parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e daqui surgiu um conjunto de recomendações, que conduziram à publicação do Decreto-Lei n.º 65/2018 de 16 de agosto que altera o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, confirmando a intenção expressa de *“estimular a diversificação do sistema de ensino superior e das atividades de I&D, designadamente alargando, modernizando e reforçando o âmbito de atuação do ensino superior politécnico em matéria de formação superior de natureza profissionalizante e em atividades de I&D baseadas na prática”*.

No entanto, o sistema de Ensino Superior Português continua estagnado nesta matéria porque o atual Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, atrasa o processo, afirmando que a revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) e da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) *“não está no programa do governo”*.

Deste modo, propomos aos partidos políticos que adicionem a revisão legislativa necessária, que urge de uma resposta concreta, nos seus programas eleitorais para as eleições legislativas, que decorrerão no dia 6 de outubro de 2019. É necessário fazer entender aos decisores políticos que este atraso é lamentável, pois trata-se de um recuar naquela que é a tendência positiva da procura de um equilíbrio estável e justo entre os subsistemas Politécnico e Universitário; é necessário fazer crer a quem de direito que o

Ensino Superior é uma prioridade governativa, deixando definido para a próxima legislatura objetivos claros sobre esta matéria, não abrindo brechas para medidas populistas ou demagógicas, sem conteúdo ou qualquer tipo de estratégia.

Assim sendo, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes reunidas nos dias 15 e 16 de junho, em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas, vêm por este meio requerer aos partidos políticos portugueses a coragem para registarem nos seus programas eleitorais a revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior e da Lei de Bases do Sistema Educativo.

**Destinatários:** Grupos parlamentares, partidos políticos e respetivos relatores dos programas para as eleições legislativas de 2019;

**Proponente:** FNAEESP